JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV – Nº 664 – Brasília, quinta-feira, 2 de abril de 1998

Congresso aprova fim de Lloyd, Sunab, Inan e Ceme

As quatro medidas provisórias votadas ontem estabelecem também a compra pela União de ações de quatro empresas elétricas estaduais e a fixação de uma relação máxima entre os maiores e menores salários do Poder Executivo

O Congresso volta a se reunir hoje pela manhã, para dar prosseguimento à votação de medidas provisórias

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite quatro medidas provisórias que prevêem a extinção de três órgãos governamentais - Sunab, Inan e Ceme - e do Lloyd Brasileiro, além do estabelecimento de uma relação fixa entre os menores e maiores salários do Poder Executivo e da compra, pela União, de ações de quatro empresas elétricas estaduais, como preparação para a sua privatização. Está previsto para as 10 horas o início de uma nova sessão do Congresso destinada a dar prosseguimento à votação de MPs. Encontram-se em pauta mais 14 medidas, cuja aprovação definitiva pelos deputados e senadores deverá preceder a promulgação pelo Congresso da reforma administrativa, já aprovada pela Câmara e pelo Senado. **Páginas 4 e 5**

O projeto que regulamenta os planos e seguros de saúde deverá ser votado no dia 22 pela Comissão de Assuntos Sociais. A previsão foi feita ontem pelo presidente da comissão, senador Ademir Andrade, após audiência pública sobre o tema (*foto*). O relator da proposta, senador Sebastião Rocha, quer conhecer a opinião do novo ministro da Saúde, José Serra. **Páginas 2 e 8**

NESTA EDIÇÃO

Imunidade terá novo substitutivo

PÁGINA 3

Empresários defendem reformas

PÁGINA 6

A Comissão de Assuntos Sociais realizou audiência pública sobre o projeto

CAS espera votar projeto dos planos de saúde no dia 22

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá votar no dia 22 o projeto que regulamenta os planos e seguros de saúde, previu ontem seu presidente, senador Ademir Andrade (PSB-PA).

De acordo com Ademir, havia uma solicitação do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, no sentido de que o assunto estivesse resolvido até 15 de abril. No entanto, esclareceu, as divergências entre os segmentos envolvidos e a necessidade de ouvir a posição do novo ministro da Saúde, José Serra, impossibilitam a votação no prazo antes previsto.

O senador lembrou a polêmica que vem envolvendo a análise do tema. Segundo ele, à exceção dos empresários e do governo, todo o setor de saúde, dos profissionais às entidades de defesa do consumidor, rejeita a proposta da Câmara dos Deputados. Apesar disso, Ademir acredita que, "devido à ampla maioria do governo", o projeto deve ser aprovado.

A segunda rodada dos debates promovidos pela Comissão de Assuntos Sociais sobre a regulamentação das atividades de planos e seguros de saúde, realizada ontem à noite, comprovou a complexidade do tema e as divergências entre as diversas entidades ligadas ao setor. Segundo o senador Sebastião Rocha (PDT-AM), relator do projeto, há um impasse político em torno do assunto. Ele acredita que a presença do ministro da Saúde, José Serra, convidado a comparecer à CAS, deverá trazer soluções. "O ministro tem uma contribuição política a dar. Ele deverá apresentar a posição do governo sobre o assunto, o que poderá facilitar um acordo entre os diversos interesses envolvidos", observou.

Estiveram presentes à audiência pública representantes do governo - ministérios da Fazenda e da Saúde; de entidades de prestação de serviços de saúde e de instituições de profissionais de medicina.

Leia mais sobre planos de saúde na página 8

PDT do Amapá escolhe candidato ao governo

O deputado estadual Waldez Góes foi escolhido no último fim de semana pelo diretório do PDT no Amapá para concorrer ao governo do estado, em candidatura a ser oficializada em junho, registrou o senador Sebastião Rocha (PDT-AP). A Executiva Nacional e as lideranças partidárias na Câmara e no Senado, presentes ao encontro, ratificaram que o PDT estadual "tem autonomia para indicar candidatura própria ao governo", assegurou o senador.

Sebastião Rocha também disse estar na expectativa de que o presidente da República e o ministro do Exército cheguem a uma solução definitiva para o caso Ricardo Fayad, cuja indicação para a subdire-toria de Saúde do Exército está sendo contestada por movimentos dos direitos humanos. Fayad é acusado de participação em torturas contra presos políticos, e a solução, na opinião do senador, deve "ser compatível com o espírito democrático de Fernando Henrique Cardoso".

Sebastião Rocha destaca escolha

Valadares protesta contra decisão do TCU

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) protestou ontem contra a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de negar pedido de antecipação de receita feito pelo governador de Pernambuco, Miguel Arraes. "Isso é tratamento discriminatório contra um governador de oposição ao presidente Fernando Henrique Cardoso. O estado está com suas finanças em ordem, tendo condições de pagar o empréstimo", garantiu.

Para Valadares, a decisão de sustar o pagamento a ser feito pelo BNDES representa uma violência. "O BNDES não é do governo, pertence ao Brasil", ressaltou, acrescentando que o expediente de solicitar antecipação de receita para sanear finanças de estatais, visando privatizá-las, tem sido utilizado por vários estados, com autorização do Tribunal.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Preside sessão conjunta do Congresso Nacional

17h - Solenidade de posse do ministro Antônio de Pádua Ribeiro na presidência do Superior Tribunal de Justiça. *Sala do Tribunal Pleno - Setor de Administração Federal Sul - Lote 1 - Quadra 6*

PLENÁRIO

10h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: Apreciação de diversas medidas provisórias, destacando-se: *MP nº 1.606-18, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; *MP nº 1.609-11, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social; *MP nº 1.619-42, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa; *MP nº 1.628-21, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de cento e seis milhões de reais, para os fins que especifica; *MP nº 1.642-41 que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios; *MP nº 1.645, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de quatro milhões e quatrocentos mil reais, para fins que especifica; *MP nº 1.639-39, que dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores públicos do Poder Executivo federal, inclusive autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias; e *MP nº 1.646-47, que dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas

COMISSÕES

10h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 12/97, que dispõe sobre os estágios de estudantes, alterado pela Lei nº 8.859/94; *PLC nº 61/97, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental; *PLS nº 263/95, que dispõe sobre a educação à distância; e *PDL nº 115/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Maratan Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sant'Ana do Livramento, estado do Rio Grande do Sul. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: *Requerimento de autoria do deputado Paulo Bernardo; e *Relatório às emendas apresentadas ao PDL referente às contas do Presidente da República de 1996. *Plenário nº 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

ESPECIAL

18h -Abertura da exposição *Israel - Do Sonho à Realidade*, em comemoração ao cinqüentenário de Independência do Estado de Israel. Salão Negro do Congresso Nacional

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração – Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado – Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado – José do Carmo Andrade

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

www.senado.gov.br

Substitutivo solicitado pela comissão ao relator deverá levar em conta mais quatro proposições sobre o tema, anexadas ontem às emendas já em tramitação

CCJ pede a Fogaça novo texto para imunidade parlamentar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu ontem anexar às quatro propostas de emenda constitucional sobre a imunidade parlamentar que já tramitam em conjunto outras quatro proposições sobre o tema. A sugestão, feita pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), foi aprovada por unanimidade. São duas propostas de autoria do presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), e outras duas dos senadores José Serra (PSDB-SP) e Odacir Soares (PTB-RO). O senador José Fogaça (PMDB-RS) permanece na relatoria e deverá elaborar novo substitutivo, levando em conta as novas propostas anexadas.

Mas o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) afirmou que, se não forem corrigidos certos aspectos da imunidade, será aprofundado ainda mais "o fosso que já existe entre o Congresso e a sociedade". Ele considerou que o substitutivo de Fogaça "não é a resposta que a sociedade espera".

Tebet, Ronaldo, Cabral e Fogaça discutem a imunidade parlamentar na CCJ: tema acendeu polêmica

- Obrigar que um processo por crime comum seja submetido à Casa (o Senado ou a Câmara), que pode sustá-lo por maioria simples de votos, não me parece que vá acabar com a impunidade - afirmou.

Jefferson apresentou uma segunda restrição ao substitutivo de Fogaça: a mudança de foro para julgar governadores de estado. Para ele, não são raros os tribunais de Justiça que sofrem muita influência dos governadores. A seu ver, deve ser mantido o foro atual, que é o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu o direito à dupla instância de jurisdição por parte dos parlamentares. É que, pela atual Constituição, os processos contra deputados e senadores são instaurados diretamente no Supremo Tribunal Federal (STF), última instância de julgamento no país. Ele sugeriu que os processos contra os parlamentares federais fossem instaurados no STJ, com possibilidade de recurso para o STF.

Substitutivo não prevê licença prévia para processo

O substitutivo apresentado ontem, na CCJ, pelo senador José Fogaça às propostas de emenda constitucional em tramitação no Senado estabelece que, nas infrações penais comuns cometidas por deputados e senadores, o processo será instaurado independentemente de licença prévia, até a conclusão da instrução criminal, quando os autos serão enviados à Câmara ou ao Senado, conforme o caso, para autorizar ou não o julgamento.

Segundo o substitutivo, a ausência de deliberação no prazo de 120 dias, quando se tratar de infrações penais comuns, implica no deferimento da solicitação, exceto em caso de crime contra a honra.

O texto do relator considera que os deputados e senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras, votos e atos decorrentes do exercício do mandato. Além disso, desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos (salvo em flagrante de crime inafiançável) nem processados criminalmente sem prévia licença de sua Casa, exceto no caso de infração penal comum. O indeferimento do pedido de licença, de acordo com o substitutivo, suspende a prescrição do crime enquanto durar o mandato.

Fogaça não acolheu sugestão de Ronaldo Cunha Lima de que fosse possível ao parlamentar renunciar à imunidade. Segundo o relator, "esse instituto não pertence à pessoa do parlamentar, mas à instituição do Poder Legislativo".

No artigo 2º do substitutivo, o relator acolheu integralmente a emenda de Suassuna, estabelecendo que, mesmo aqueles a quem a Constituição concede foro especial, devem ser julgados pelo tribunal do júri quando cometem crimes dolosos contra a vida.

A idéia, explica José Fogaça, é "restabelecer na história brasileira o princípio universal da igualdade de julgamento para crimes da mesma natureza, independentemente da situação do acusado".

Josaphat vê contradição do relator

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) entende que há uma contradição na proposta de Fogaça, de se autorizar a abertura de processo contra um parlamentar até a conclusão de sua instrução criminal, quando então a Casa legislativa daria ou não a autorização para que ele seja processado. Para Josaphat, é inconveniente que o processo seja instaurado com a possibilidade de ser trancado em seguida.

Já José Eduardo Dutra (PT-SE) defendeu a manutenção do foro privilegiado para os parlamentares, por entender que são representantes do povo e, por isto mesmo, estarem mais sujeitos às paixões humanas.

- Os agentes políticos, se forem a um tribunal do júri, estarão sujeitos a um fuzilamento ou mesmo à consagração - exemplificou. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) concordou com Dutra. Para ele, é muito difícil um tribunal do júri julgar um parlamentar sem paixão.

Dutra disse também estar preocupado com a extensão da imunidade para "atos decorrentes do exercício do mandato". Para ele, se um senador matar alguém que o acusou de ser um senador ladrão, poderia alegar que este ato seria decorrente do exercício do mandato. O senador disse ainda considerar que não há necessidade de autorização para processar o parlamentar, mas defendeu o direito de a Casa legislativa ter o poder de avocar e trancar o processo caso haja indícios do que chamou de "armação" contra um parlamentar.

Senadores acreditam que conceito de imunidade para "atos decorrentes do exercício do mandato" deve ser reavaliado

Simon, autor de uma das propostas já estudadas, considerou a matéria uma das mais importantes já votadas no Congresso. A proposta apresentada por ele simplesmente elimina a necessidade de autorização pela Casa legislativa para que o parlamentar seja processado. Mas, na reunião da comissão, ele defendeu a idéia de que o Legislativo possa requisitar e trancar o processo.

- Aí, nós assumimos a responsabilidade disto. Nos livra do desgaste de ter de votar licença porque o cara comprou jogo de bingo, porque vendeu o voto por duzentos mil ou sei lá quanto, um processo que humilha o Congresso Nacional - disse.

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), também autor de uma das propostas já examinadas pelo relator, defendeu que o parlamentar possa renunciar à sua imunidade. A terceira proposta já analisada por Fogaça foi apresentada pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

O relator, último a se pronunciar, afirmou ter anotado cuidadosamente as sugestões, que prometeu estudar. Fogaça tentará encontrar uma forma de obrigar a Casa legislativa a se pronunciar sobre os pedidos de licença para instauração de processos contra os parlamentares. Para ele, os 120 dias de prazo previstos em seu substitutivo para que a Casa legislativa se manifeste com relação ao pedido de licença - que, do contrário, estaria automaticamente aprovado - obrigam a Casa a se posicionar. Dutra argumentou que, neste caso, a maioria de parlamentares poderia decidir não votar o processo, expondo um palamentar da minoria à execração pública.

CONGRESSO

Congresso aprova quatro medidas provisórias

Em meio a intenso debate, o Congresso (foto) *votou ontem quatro medidas provisórias, entre elas as que extinguiram a Sunab, o Inan, a Ceme e o Lloyd Brasileiro. Aprovou também a MP que autorizou a Eletrobrás e a União a comprarem ações das Companhias Elétricas de Alagoas, Piauí, Rondônia e Acre, a fim de prepará-las para privatização. Na votação da MP nº 1631-10, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apontou "a falta de gerenciamento do governo" e disse que a Sunab, a Ceme e o Inan deveriam ser reestruturados, e não extintos. O senador Romeu Tuma (PFL-SP), contudo, lembrou*

crimes investigados pela Polícia Federal no âmbito da Ceme. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) insurgiu-se contra o "processo sumário" de votação das medidas provisórias, considerando inadmissível "a pressão" do governo para que o Congresso vote as 18 MP's necessárias à reforma administrativa. Ele lembrou que, quando estava no Senado, o presidente da República era contra esse instrumento legal. O Congresso também aprovou a MP 1644-41, definindo a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores civis do Executivo, a qual não poderá exceder o fator correspondente a 25,641.

Lloyd é extinto e União assume todas as dívidas

O Congresso Nacional aprovou na noite de ontem a MP nº 1.592-5, que extinguiu a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro (Lloydbras). O processo de extinção está a cargo do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. A União assume todos os direitos e obrigações da empresa estatal, principalmente os relativos a créditos trabalhistas. A matéria foi relatada pelo senador Bello Parga (PFL-MA). Conforme exposição de motivos dos ministros dos Transportes, Fazenda e Administração, em dezembro de 95 um decreto do presidente declarou a dissolução da Lloydbras. A dissolução, no entanto, vinha sendo dificultada pelas várias ações judiciais promovidas por funcionários, "inviabilizando qualquer cronograma dos trabalhos da liquidação".

A solução encontrada para superar os problemas foi a extinção da empresa por medidas provisórias, repassando à União todos os direitos e obrigações, especialmente os créditos trabalhistas, os quais "poderão ser prontamente pagos".

MP define limites salariais do servidor

O Congresso aprovou ontem a MP nº 1644-41, que tem por objetivo definir, sem aumento de despesas para o Tesouro, a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores civis do Executivo, que não poderá exceder o fator correspondente a 25,641. Foram mantidas as remunerações atualmente pagas pelo governo, que correspondem respectivamente a R$ 312,00 e R$ 8.000,00. A matéria, que será levada à promulgação, foi relatada favoravelmente pelo senador Romero Jucá (PFL-RR).

A MP impede que, em toda

Relatório de Jucá foi favorável

elevação real de vencimento, para quem exerce cargo em comissão, sejam aumentadas as remunerações de servidores que, em algum momento de sua vida funcional, tenham exercido esses cargos. Embora extinga essas vantagens, a medida resguarda o direito dos servidores que já foram beneficiados até a data da publicação da MP.

A decisão não atinge membros de poder detentores de mandatos eletivos nem os ministros de Estado. Pelo texto aprovado, foram transformadas em décimos, a partir de 1º de novembro de 1995 e até 10 de novembro de 1997, as parcelas incorporadas à remuneração, a título de quintos, observado o limite máximo de dez décimos.

Para evitar prejuízo financeiro ao funcionalismo, ficou decidido que o valor da incorporação será transformado em vantagem pessoal, sujeita a atualização pelos índices gerais de reajuste dos servidores públicos federais. A conversão da MP em lei também permite que a remuneração de uma carreira não fique vinculada à de outra, dando à administração pública condições de implementar políticas remuneratórias mais claras.

Troca de relator gera críticas no plenário

Insatisfeitos com o projeto de lei de conversão elaborado pelo deputado Zaire Rezende (PMDB-MG) sobre medida provisória que transforma a incorporação de quintos em décimos, os líderes governistas designaram o senador Romero Jucá (PFL-RR) para apresentação de relatório de plenário, favorável à aprovação da MP nº 1.644/41, sem modificações.

Conforme Zaire Rezende, designado relator em 1995, o líder de seu partido, Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), teria confirmado sua manutenção na relatoria, mas, hoje à tarde, o líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda (PSDB-DF), e técnicos do Ministério da Administração procuraram garantir a aprovação do texto original do governo. O deputado registrou seu protesto, ao que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse: "Eu, inclusive, lhe dou razão".

O deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) explicou a substituição dizendo que a MP sob deliberação não era a mesma para a qual Zaire Rezende foi designado relator. "A medida provisória original foi alterada. Esta é uma MP nova", assegurou. Jucá, em seu parecer, afirmou que a medida define novos rumos de gestão para a administração pública e que ela complementa a reforma administrativa aprovada pelo Congresso e ainda não promulgada.

Já para o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o Congresso novamente estaria assumindo uma posição subalterna em relação ao Executivo. Ele manifestou sua surpresa com a "criatividade" dos líderes governistas de substituírem o relator à última hora "simplesmente porque este não se dispunha a dizer amém ao governo".

Quanto ao conteúdo da MP, Dutra apontou que o governo inseriu o conceito de qualidade do serviço público, mas esta, a seu ver, não corresponde a qualquer teoria sobre qualidade na prestação de serviços. Segundo disse, o conceito de qualidade supõe, antes de tudo, o bom atendimento ao cliente e a satisfação do colaborador - no caso, o funcionalismo, que, com a MP, teria direitos e expectativas de direitos desrespeitados.

A substituição da relatoria gerou vários protestos entre os parlamentares e uma homenagem a Zaire Rezende, feita pelo deputado Marcelo Déda (PT-SE). Este recorreu a uma frase de Calderón de la Barca, citada pelo então deputado Djalma Marinho por ocasião da cassação do deputado Márcio Moreira Alves: "Ao meu rei, tudo, menos a minha honra".

CONGRESSO

União comprará ações de companhias estaduais

O Congresso Nacional aprovou a Medida Provisória nº 1.580-8, que autorizou a Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás) e a União a comprarem ações das Companhias Elétricas de Alagoas (Ceal), do Piauí (Cepisa), de Rondônia (Ceron) e do Acre (Eletroacre). A compra destina-se à inclusão dessas empresas no Programa Nacional de Desestatização (PND) e ao aumento do capital social das Companhias Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e Docas do Estado de São Paulo (Codesp).

A operação de compra das ações pela Eletrobrás deve ser feita com recursos do Fundo de Reserva Global de Reversão. A Eletrobrás também é responsável pelo saneamento econômico-financeiro e administrativo das companhias estaduais para torná-las atrativas e viabilizar a sua transferência para a iniciativa privada. A União deve operar, através do BNDES, apenas a compra das ações preferenciais e ordinárias da Ceal, pertencentes ao estado de Alagoas, como forma de ajudar no equacionamento das dificuldades financeiras do estado.

A CDRJ, a Codesp, o Banco da Amazônia e o INSS devem vender ao BNDES Participações as ações utilizadas na integralização de seus respectivos aumentos de capital social.

Aprovada MP que acaba com Sunab, Inan e Ceme

O Congresso Nacional aprovou na tarde de ontem a Medida Provisória 1631-10, que extinguiu a Sunab (Superintendência Nacional de Abastecimento) e o Inan (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição), e desativou a Ceme (Central de Medicamentos). Ao propor essa medida, o governo alegou a necessidade de uma economia de mercado com reduzida presença do Estado. A MP vai à promulgação.

Conforme a medida, os processos judiciais em que a Sunab e o Inan eram partes ativas ficam transferidos para a União, na qualidade de sucessora. Os servidores efetivos pertencentes ao quadro de pessoal do Inan passaram automaticamente a integrar o quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

E o Poder Executivo ficou autorizado a redistribuir os servidores efetivos pertencentes ao quadro da Sunab, e a transferir o acervo patrimonial do Inan para o Ministério da Saúde, e o da Sunab para o Ministério da Fazenda. O pagamento dos inativos e pensionistas do Inan e da Sunab também foi transferido para os ministérios da Saúde e da Fazenda.

As atividades anteriormente desenvolvidas pela Ceme foram assumidas pela estrutura do Ministério da Saúde. O Poder Executivo ficou autorizado a remanejar, transferir ou utilizar as dotações orçamentárias do Inan, Ceme e Sunab. Ao editar a MP, o governo alegou que não considerava conveniente a preservação, no âmbito da administração pública federal, de autarquias com as características dessas.

Dutra protesta contra processo de votação

Ao encaminhar o voto "não", pela liderança do Bloco Oposição, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) protestou contra o "processo sumário" de votação das medidas provisórias que estava em curso ontem, no Congresso. "Pelo menos quando votamos as MPs do pacote fiscal do governo, em novembro passado, houve discussão nas comissões, relatores e substitutivos. Agora, com relatores de plenário, ninguém está sabendo de que tratam as medidas".

Dutra cobrou discussão

Para Dutra, é inadmissível a "pressão" do governo sobre o Congresso, por causa de seu interesse em ver aprovadas as 18 Mps de que precisa para poder sancionar a reforma administrativa sem criar vácuos jurídicos. "O Congresso somente se reúne quando o governo precisa de uma decisão. Do contrário, há acomodação - o governo reedita a MP e o Congresso nada faz a respeito, aceitando tacitamente a situação", assinalou.

O senador protestou contra o fato de, conforme salientou, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso ser aquele que detém o recorde de edição de MPs. "Quando senador, ele sempre foi um inimigo desse tipo de instrumento legislativo. Quando presidente, abusa dele e faz pior: de um elenco de 53 medidas provisórias, seleciona as 18 que lhe interessam e abandona as demais à própria sorte", disse, enfatizando que os partidos de oposição votariam "não" a todas.

Medida que extingue órgãos públicos causa polêmica

A medida provisória que extinguiu a Central de Medicamentos (Ceme), a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) e o Inan (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição) opôs ontem os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) em torno do alcance da medida para os consumidores.

Para Tuma, com a nova legislação de proteção aos direitos do consumidor, os Procons teriam assumido as funções da Sunab, por exemplo. No caso da Ceme, o senador avaliou a extinção como solução saneadora em termos de enxugamento da máquina pública e de eliminação de focos de corrupção.

- Algumas experiências com a Ceme são de triste memória, com crimes investigados pela Polícia Federal - disse.

Conforme Valadares, no entanto, os três órgãos públicos continuariam sendo fundamentais à defesa do consumidor nas áreas de acompanhamento de preços e de produção e distribuição de medicamentos. Assinalando que os órgãos deveriam ser reestruturados, ele observou que o governo tem pecado por falta de gerenciamento.

Valadares: falta de gerenciamento

Romeu Tuma: solução saneadora

O mais importante, a seu ver, estaria na subtração de poderes do Legislativo e na supremacia do Executivo, concretizadas através do instituto das medidas provisórias.

O deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) também salientou a importância da MP para o enxugamento da máquina pública, eliminando a superposição de órgãos e funções, como seria o caso do Inan, da Ceme e da Sunab.

Os deputados Mateus Schmidt (PDT-RS), Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP), Milton Temer (PT-RJ), Colbert Martins (PPS-BA) e José Pinotti (PSB-SP) destacaram que a MP seria inconstitucional, frisando que a extinção dos três órgãos faz supor que o país não necessita de uma política alimentar, que a produção e distribuição de medicamentos não precisa ser regulamentada e fiscalizada pelo governo e que a estabilidade da moeda não exigiria uma política de abastecimento nem qualquer fiscalização sobre os preços.

O senador Antonio Carlos Magalhães recebeu comitiva do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos

O presidente do Senado diz que o Congresso continuará contribuindo com a estabilização

Empresários visitam Antonio Carlos e defendem reformas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), recebeu ontem uma comitiva de empresários da seção americana do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, que transmitiram ao senador a expectativa em torno da conclusão do processo de reformas constitucionais, apesar de ser este um ano de eleições. Antonio Carlos concordou que as reformas são vitais para a evolução do Plano Real e afirmou estar seguro de que as mudanças na previdência e na área administrativa serão promulgadas em breve.

O senador aproveitou a oportunidade para destacar aos empresários os avanços legislativos promovidos por deputados e senadores em curto espaço de tempo. Reafirmou sua convicção de que o Congresso continuará trabalhando para contribuir com o programa de estabilização econômica e com a retomada do desenvolvimento nacional.

Segundo o presidente da seção americana do conselho, Gonzalo Dal Borgo, os empresários consideram igualmente urgente a promoção da reforma tributária. Já Mário Villares, presidente da seção brasileira do colegiado, enfatizou a importância da implementação das reformas previdenciária e administrativa para ajudar na preservação do Real.

FALA, CIDADÃO

0800 - 612211

Nesta seção, o ***Jornal do Senado*** *publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para 0800-612211. A ligação é gratuita*

Renan Jorge de Oliveira, de Timóteo, MG, quer saber qual o posicionamento do Senado Federal frente à aspiração do Brasil em fazer parte do Conselho de Segurança da ONU. Responde à questão o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

Romeu Tuma: No meu ponto de vista, o Senado é favorável a essa participação efetiva do Brasil, em razão do importante papel desempenhado pelo Conselho de Segurança da ONU. As decisões desse conselho têm uma prevalência sobre toda e qualquer postura do Conselho de Segurança Nacional e também sobre as decisões relativas à segurança dos países que fazem parte da Organização das Nações Unidas.

Caso o Brasil venha a ser um membro efetivo do Conselho de Segurança da ONU, terá, sem dúvida nenhuma, uma projeção internacional muito maior. É importante destacar que o país tem participado ativamente de ações de paz no mundo, inclusive com o envio de tropas a áreas conflagradas. Hoje o Brasil tem tropas na América do Sul e na África e, é claro, quem participa tem que ter o poder de decisão.

Há uma proposta, ainda em fase de estudo, de que o número de vagas no Conselho de Segurança da ONU seja ampliado. O Brasil está vigilante e, caso essa proposta seja definitivamente aceita, o país já terá preparada sua campanha no sentido de garantir uma decisão favorável à nação.

Sobre a disputa entre Brasil e Argentina por uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, acredito que o Brasil não deve se imiscuir nas decisões daquele país. Mas o Brasil tem seu projeto de política internacional, mantém uma relação sadia com quase todos os países componentes da ONU e, na minha opinião, não terá dificuldades em conquistar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, caso o número de vagas desse conselho seja realmente ampliado.

Deixo claro, ainda, que sou contrário à tese de que os novos participantes do conselho não teriam poder de veto (hoje as decisões só são tomadas por unanimidade). Acredito que os países que passarem a integrar o Conselho de Segurança da ONU devam ter o mesmo valor daqueles que dominam há muito este conselho.

Projeto de José Ignácio exige número da identidade no cartão

Ignácio quer cartões de crédito com mais segurança

Os cartões de crédito deverão apresentar o número da identidade do seu possuidor, caso seja aprovado projeto de lei do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) estabelecendo essa obrigatoriedade. A proposta está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Preocupado com o uso indevido dos cartões de crédito, o senador acredita que o projeto desestimulará as fraudes e evitará prejuízos financeiros ao permitir que qualquer vendedor, no momento da compra, certifique-se de que o cartão está sendo usado pelo próprio possuidor.

- Cabe ressaltar, também, que existe anualmente um grande número de cartões de crédito perdidos e extraviados que, com a obrigatoriedade proposta, não poderão ser utilizados de maneira indevida - justifica o senador.

O projeto de José Ignácio Ferreira determina o prazo de um ano para que todos os cartões de crédito apresentem o número de identidade do possuidor, acrescentando que os custos de substituição dos cartões antigos não poderão ser transferidos para os usuários.

Hollanda: maior espetáculo

Nova Jerusalém empolga Hollanda

"O maior espetáculo teatral de nossos tempos." Assim, o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) classificou a encenação da Paixão de Cristo, realizada anualmente na vila de Fazenda Nova, município de Brejo da Madre de Deus, em Pernambuco. O cenário da encenação ficou conhecido como Nova Jerusalém.

Joel de Hollanda recordou que o espetáculo celebra a passagem da Semana Santa. "É, sabemos todos, uma das festas mais significativas da Cristandade, lembrando fatos ocorridos há quase 2 mil anos, e dos quais resultou a possibilidade da redenção do homem", disse o senador.

Ele ainda lembrou a história da festa que começou em 1951, quando o comerciante Epaminondas Mendonça, com ajuda da família, realizou o primeiro espetáculo após ter lido sobre a encenação da Paixão de Cristo realizada na cidade de Oberammergau, na Alemanha.

Segundo aniversário da morte de trabalhadores sem-terra em Eldorado dos Carajás é apontado pelo senador como argumento favorável à necessidade de o movimento se manter vigilante

Suplicy pede ao governo para retomar diálogo com o MST

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) protestou ontem contra a decisão do ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, de interromper as conversações com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) por causa dos acontecimentos ocorridos na semana passada. "A decisão é injusta porque, dessa vez, os trabalhadores foram vítimas, não os agentes da violência", ressaltou, pedindo a imediata retomada do diálogo.

Suplicy lembrou que, na semana passada, o que aconteceu foi um assassinato frio, e diante de testemunhas, de dois líderes dos Sem-Terra do Pará, conhecidos como "Fusquinha" e "Doutor". "Os agressores foram um fazendeiro e seu acompanhante que interpelaram os dois líderes, no momento em que conduziam trabalhadores para longe da fazenda invadida. Não houve atos de violência por parte dos trabalhadores, eles foram vítimas", garantiu.

Suplicy: rompimento injusto

Segundo o senador paulista, a alegação de Jungmann e do presidente do Incra, Milton Seligman, de que o diálogo somente pode ser retomado quando "deixar de haver mobilização nacional do MST", não pode servir de pretexto para isolar o movimento. "Como pedir que os trabalhadores não permaneçam vigilantes? Eles sofreram violência e não estão vendo providências do governo para apurar responsabilidades", disse Suplicy, argumentando que a mobilização tem sido eminentemente pacífica.

Ao fazer um apelo ao ministro Jungmann, e ao próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, para que retomem o diálogo com o MST, o senador argumentou que o movimento se mantém em vigilância porque tem suas razões para duvidar da apuração dos atos de violência contra os trabalhadores. "É preciso recordar que o massacre de Eldorado de Carajás está completando 2 anos, sem que ninguém tenha sido responsabilizado penalmente pelas 19 mortes de trabalhadores", concluiu Suplicy.

Iris e Piva anunciam volta ao Senado

Ao abrir ontem à tarde a sessão conjunta do Congresso Nacional para apreciação de medidas provisórias, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) participou ao plenário que a Mesa do Senado recebera comunicação, por escrito, dos senadores Iris Rezende (PMDB-GO) e Pedro Piva (PSDB-SP) de que haviam assumido cadeiras na bancada de seus estados.

Iris deixou o Ministério da Justiça

Piva assume vaga de Serra

Iris Rezende volta à Casa por ter deixado o Ministério da Justiça e Pedro Piva, suplente do senador José Serra, ocupa a vaga no Senado em virtude da posse de Serra no Ministério da Saúde.

TV Senado debate cinema nacional

A cineasta Betse de Paula e o secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, Moacir de Oliveira, participam de debate sobre o cinema nacional, patrocinado pela TV Senado, que será transmitido hoje em três horários: 8h, 13h15 e 19h30. Houve consenso no debate sobre a necessidade de ampliar o mercado do cinema brasileiro e desacordo sobre os efeitos da Lei do Audiovisual.

PROGRAMAÇÃO

TV Senado

7h - Entrevista com o senador Ernandes Amorin (PPB-RO) sobre a reforma agrária
8h - Debate com a participação da cineasta Betse de Paula e o secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, Moacir de Oliveira, sobre os incentivos ao cinema brasileiro
9h30 - Entrevista com o senador Ernandes Amorin (PPB-RO) sobre a reforma agrária
10h - Sessão plenária do Congresso Nacional (vivo)
13h15- Debate com a participação da cineasta Betse de Paula e o secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, Moacir de Oliveira, sobre os incentivos ao cinema brasileiro
14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
18h45 - Entrevista com o senador Ernandes Amorin (PPB-RO) sobre a reforma agrária
19h30 - Debate com a participação da cineasta Betse de Paula e o secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, Moacir de Oliveira, sobre os incentivos ao cinema brasileiro
20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
20h40 - "Senado em Pauta"
21h - Sessão plenária (reapresentação)
0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
0h40 - "Senado em Pauta"
1h - "Sete Dias" - entrevista com o deputado Federal Ibrahim Abi-Ackel e, na segunda parte do programa, com a senadora Júnia Marise (PDT-MG)
2h - "Jornal da Amazônia"
2h15 - "Senado em Pauta"
2h30 - Especiais
6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

Rádio Senado

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
9h45 - "Plenário em Revista"
10h - Sessão plenária do Congresso Nacional
13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
19h - "A Voz do Brasil"
22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
24h - Retransmissão da sessão plenária
3h - Música e informação até às7h30

Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto de lei que estende aos dependentes econômicos do trabalhador falecido o direito de recorrer à Justiça

Dependentes poderão ajuizar ação trabalhista

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou ontem projeto de lei que estende aos dependentes econômicos do empregado falecido o direito de ajuizar ações trabalhistas. Conforme a proposição, que emenda a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em caso de morte do trabalhador os parentes mais próximos têm prioridade de reclamar possíveis infrações trabalhistas. Esse direito será exercido nessa ordem, segundo o Código Civil: filhos, pais, cônjuge, tios e primos e, finalmente, o poder público.

- A inclusão do dispositivo preenche uma grave lacuna existente em nossa CLT - afirmou o relator do projeto na CAS, senador Waldeck Ornelas (PFL-BA). Ele ressaltou que o projeto, de iniciativa da Câmara dos Deputados, resguarda ainda o direito ao acesso às anotações trabalhistas para fins previdenciários.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) informou na reunião da CAS que proposta de emenda constitucional de sua autoria, tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com o objetivo de igualar o prazo dado para pleitear a reparação de infringências aos dispositivos trabalhistas entre empregados rurais e urbanos.

Projeto aprovado pela CAS aperfeiçoa CLT

Aprovadas emendas sobre regulamentação de profissão

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou ontem parecer favorável a duas emendas apresentadas em plenário pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) a substitutivo ao projeto de lei da Câmara dos Deputados que regulamenta a profissão de histotecnologista. O projeto volta ao plenário, para discussão e votação.

Com as mudanças introduzidas no substitutivo, que havia sido aprovado anteriormente pela comissão, passa a ser exigida a anotação, na Carteira de Trabalho e Previdência Social, do efetivo exercício da atividade como prova da habilitação ao desempenho da profissão de técnico de laboratório e técnico em hemoterapia.

O parecer, elaborado pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), também inclui na regulamentação as profissões de técnico de laboratório e técnico em hemoterapia.

CAS convidará Serra para debater planos de saúde

O ministro da Saúde, José Serra, será convidado a comparecer à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para discutir o projeto de regulamentação dos planos e seguros de saúde. Requerimento nesse sentido, apresentado pelo relator da matéria, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), foi aprovado ontem por unanimidade.

- As entidades envolvidas têm divergências e posições extremadas sobre o assunto e a presença do ministro José Serra contribuirá para esclarecer dúvidas sobre a eficácia do projeto em discussão - justificou Sebastião Rocha.

Benedita atribui epidemia de dengue a descaso do governo

Ao saudar a posse do novo ministro da Saúde, José Serra, e sua determinação de começar sua gestão pelo combate à dengue no estado do Rio de Janeiro, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou que a atual epidemia de dengue poderia ter sido evitada, caso o trabalho do ex-ministro Adib Jatene, em 1996, tivesse continuidade. "Na ocasião, o presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu executá-lo, mas nada fez", enfatizou.

Benedita lembrou que em 1996, mesmo com um repasse de apenas 20% da verba prevista de R$ 443 milhões, Jatene conseguiu evitar a situação de epidemia. A dengue parecia estar sob controle, devido à campanha de erradicação do mosquito *Aedes egypti*. "Todos sabemos: sem política de prevenção, não pode haver combate à dengue."

Os alertas do ex-ministro foram desconsiderados e, como conseqüência, houve 226.912 casos de dengue, em 1997, e, no corrente ano, já foram registrados 100 mil novos casos, relatou Benedita. "O pior é que a dengue é apenas a ponta do iceberg para um problema muito maior, a febre amarela urbana, que foi erradicada do Brasil há 76 anos."

Benedita defende prevenção

"Como se trata de uma doença transmitida pelo mesmo mosquito, a presença da dengue indica que a febre amarela pode voltar a infestar nossas cidades", explicou. A senadora reiterou que não se cansa de fazer denúncias contra o descaso e de pedir a retomada da prevenção da dengue.

Benedita elogiou a abordagem da imprensa sobre o assunto, citando um artigo recentemente publicado pelo *Correio Braziliense* intitulado "Crônica de uma Epidemia Anunciada". Segundo a senadora, as denúncias de nada adiantaram "porque faltou sensibilidade ao governo para identificar uma grave ameaça à saúde pública. Esperemos que Serra possa dar uma nova diretriz política ao Ministério da Saúde, garantindo que os recursos da CPMF sejam efetivamente gastos com os programas de saúde. Aliás, foi para essa finalidade que o Congresso aprovou sua criação e prorrogação", concluiu.

CONVOCAÇÃO

Em entrevista, Benedita da Silva anunciou que vai apresentar hoje ao plenário do Senado requerimento de convocação do ex-ministro da Saúde, Adib Jatene, e do novo titular da pasta, José Serra, para prestarem esclarecimentos sobre a epidemia da dengue no país.

Segundo Benedita, ouvir o ex-ministro Jatene é fundamental, já que ele possui um projeto pronto para o combate à doença. "É importante sabermos também se o presidente Fernando Henrique tinha conhecimento da possibilidade de expansão da epidemia e por que as propostas definidas pelos técnicos do Ministério da Saúde não foram colocadas em prática", afirmou a senadora.

Preocupada com a propagação da doença não apenas no seu estado, mas também em todo o Brasil, a senadora quer saber do novo ministro se os estudos realizados em gestões anteriores serão utilizados e quais as ações programadas para que a epidemia seja controlada.